

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.489 - SP (2019/0061456-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : TRANSIM SERVICOS MEDICOS LIMITADA
ADVOGADO : OSIEL REAL DE OLIVEIRA - SP246876

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PROMOÇÃO DA SAÚDE. CUSTOS DIFERENCIADOS. DESNECESSIDADE DE INTERNAÇÃO. INCLUSÃO NO BENEFÍCIO DE ALÍQUOTAS REDUZIDAS. ART. 15, § 1º, III, DA LEI Nº 9.249/95. EXCLUSÃO DAS SIMPLES CONSULTAS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS AO BENEFÍCIO. PRECEDENTE FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO, NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo manejado pela FAZENDA NACIONAL contra decisão que negou admissibilidade ao recurso especial em razão da incidência da Súmula nº 7 do STJ.

A agravante insurge-se contra a decisão agravada alegando que a aferição da violação aos arts. 15, § 1º, III, "a", e 20 da Lei nº 9.249/95 e 111 do CTN não demanda reexame do substrato fático-probatório dos autos, uma vez que o que se pretende é a adequada interpretação do conceito de serviço hospitalar para fins de fruição do benefício de alíquota reduzida do imposto de renda, de maneira que não estariam enquadrados nesse conceito as simples consultas médicas, eis que na hipótese o acórdão recorrido teria considerado a totalidade do faturamento da empresa recorrido, sem a ressalva aqui pleiteada, contrariando, assim, a orientação do STJ sobre o tema de fundo

Requer o conhecimento e provimento do agravo para que seja apreciado o recurso especial.

Contrarrazões às fls. 391-396 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A agravante impugnou adequadamente os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

A irresignação merece parcial acolhida.

Primeiramente, registro a impossibilidade de conhecimento do recurso especial em relação ao art. 111 do CTN, haja vista a inexistência de prequestionamento do dispositivo a atrair a Súmula nº 211 desta Corte.

Quanto ao mérito, assiste parcial razão à recorrente.

É preciso registrar que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.116.399/BA (sessão de 28.10.2009), sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), firmou orientação no sentido de que: a) "deve-se entender como 'serviços hospitalares' aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde. Em regra, mas não necessariamente, são prestados no interior do estabelecimento hospitalar, excluindo-se as simples consultas médicas, atividade que não se identifica com as prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos"; e b) "duas situações convergem para a concessão do benefício: a prestação de serviços hospitalares e que esta seja realizada por instituição que, no desenvolvimento de sua atividade, possua custos diferenciados do simples atendimento médico, sem, contudo, decorrerem estes necessariamente da internação de pacientes" (REsp 951.251/PR, Rel. Ministro Castro Meira, DJ de 3.6.2009).

Confira-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO. BASE DE CÁLCULO. PESSOA JURÍDICA. SERVIÇOS HOSPITALARES. CONCEITO. ART. 15, § 1º, III, "A", DA LEI 9.249/1995. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. ENQUADRAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A Primeira Seção pacificou o entendimento de que a) "deve-se entender como 'serviços hospitalares' aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde. Em regra, mas não necessariamente, são prestados no interior do estabelecimento hospitalar, excluindo-se as simples consultas médicas, atividade que não se identifica com as prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos"; e b) "duas situações convergem para a concessão do benefício: a prestação de serviços hospitalares e que esta seja realizada por instituição que, no desenvolvimento de sua atividade, possua custos diferenciados do simples atendimento médico, sem, contudo, decorrerem estes necessariamente da internação de pacientes" (REsp 951.251/PR, Rel. Ministro Castro Meira, DJ de 3.6.2009).

2. Orientação reafirmada no julgamento do REsp 1.116.399/BA (sessão de 28.10.2009), sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC).

3. Hipótese em que o Tribunal a quo consignou que "inexiste qualquer comprovação de que as empresas substituídas pelo Sindicato preencham, no mundo fático, os requisitos para se enquadrar na hipótese jurídica invocada" (fl. 184). A revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.

4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 520.545/PB, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10/10/2014)

Com efeito, na conceituação de "serviços hospitalares" esta Corte considerou que serão nele enquadrados os serviços que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde que, no desenvolvimento de sua atividade, possua custos diferenciados do simples atendimento médico, sem, contudo, decorrerem estes necessariamente da internação de pacientes" (REsp 951.251/PR, Rel. Ministro Castro Meira, DJ de 3.6.2009).

Contudo, as simples consultas médicas não se identifica com as prestadas no âmbito hospitalar.

Ressalva de que as modificações introduzidas pela Lei 11.727/08 não se aplicam às demandas decididas anteriormente à sua vigência, bem como de que a redução de alíquota prevista na Lei 9.249/95 não se refere a toda a receita bruta da empresa

contribuinte genericamente considerada, mas sim àquela parcela da receita proveniente unicamente da atividade específica sujeita ao benefício fiscal, desenvolvida pelo contribuinte, nos exatos termos do § 2º do artigo 15 da Lei 9.249/95, consoante o item 4 da ementa do REsp 1.116.399/BA, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 24/02/2010, representativo da controvérsia na forma do art. 543-C, do CPC/1973.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa parte, dar-lhe parcial provimento apenas para excluir as receitas de simples consultas médicas do benefício de redução de alíquota do IRPJ e CSLL previsto nos arts. 15 e 20 da Lei nº 9.249/1995, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

